

Curitiba, 23 de fevereiro 2026.

## **Manifesto do G7 Paraná sobre a redução da Jornada de Trabalho**

O G7 Paraná, grupo que reúne entidades representativas do setor produtivo paranaense, composto pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (FETRANSPAR), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Federação do Comércio do Estado do Paraná (FECOMÉRCIO-PR), Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (FECOOPAR), Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP) e Associação Comercial do Paraná (ACP), manifesta preocupação com a proposta de redução da jornada de trabalho.

Valorizar o trabalhador é um compromisso social legítimo, do qual o G7 é partidário. Porém, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o fim da escala de jornada de trabalho 6x1 envolve uma mudança estrutural de magnitude sem precedentes para o Brasil. Isso porque o nosso país ainda não conseguiu resolver um dos seus principais gargalos econômicos: a baixa produtividade.

Isso fica evidente quando o Brasil aparece na 94ª posição no ranking de produtividade da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 2026, com uma produtividade de U\$ 21,2 por hora trabalhada, ficando abaixo de países vizinhos, como Chile, Argentina e Cuba. Mais, entre 1990 e 2024, o crescimento médio anual da produtividade no Brasil foi de apenas 0,9%, conforme pesquisa elaborada pela Gerência de Economia e Finanças Empresariais da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). É preciso reconhecer que estamos atrasados em relação aos demais players mundiais.

Quando se comenta as experiências internacionais de redução de jornada, é preciso considerar que esses países têm economias com alto nível de capital humano, forte investimento tecnológico e produtividade consolidada. Por exemplo, como comparação, a produtividade do trabalhador norte-americano é quatro vezes maior em relação a produtividade do trabalhador brasileiro. Nas nações onde a redução produziu efeitos positivos, como Coreia do Sul e Alemanha, houve investimento robusto em inovação, automação e qualificação profissional.

Isso é o oposto da realidade do Brasil nas últimas décadas. O nosso país enfrenta infraestrutura logística deficitária, elevada carga tributária, complexidade regulatória e

baixa qualificação média da força de trabalho. Isso significa que não temos condições de competir com outras economias globais porque os sucessivos governos não atentaram para a necessidade de desenvolver tecnologia, aumentar a eficiência da mão de obra e implantar uma infraestrutura que pudesse ser facilitador.

Reduzir a jornada sem resolver esses problemas crônicos significa elevar o custo por hora produzida. Desse modo, os impactos estimados incluem perdas relevantes de faturamento setorial, empregos formais e massa salarial.

Sem investimento planejado em inovação, tecnologia, automação e qualificação profissional é impossível o aumento consistente de produtividade sem um impacto econômico. Diante do cenário atual do nosso país, a redução da jornada, certamente, vai gerar consequências desastrosas: elevação do custo do trabalho, aumento dos preços de produtos e serviços, inflação, aceleração da automação com redução da mão de obra do trabalho sem planejamento e com consequente desemprego e até mesmo eventual queda na produção.

É preciso também reconhecer a possibilidade da ocorrência de efeitos colaterais indesejados, como o aumento da informalidade e da precarização das relações de trabalho, a substituição de trabalhadores por outros com menor remuneração e a expansão da pejotização, inclusive em carreiras de maior qualificação. Ainda, um outro ponto precisa ser considerado: a possibilidade da ampliação indireta da carga de trabalho, porque, diante de eventual elevação do custo de vida e redução de oportunidades formais, muitos trabalhadores tendem a buscar atividades complementares para complementar a renda, ocupando justamente as horas que deveriam representar ganho de qualidade de vida.

Além disso, existe a preocupação de que a redução da jornada de trabalho ocorra de forma simultânea com a implementação da reforma tributária. Esta última já representa uma reestruturação profunda no ambiente de negócios. Implementar simultaneamente uma mudança constitucional na jornada amplia incertezas regulatórias, eleva risco econômico e dificulta planejamento empresarial.

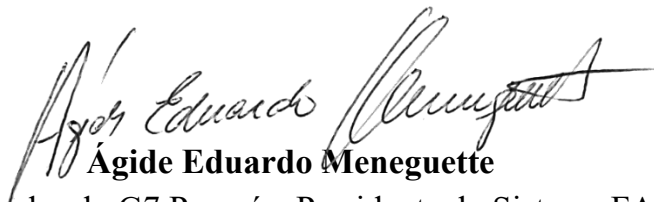
Enfim, reduzir a jornada de trabalho requer planejamento, investimentos e base produtiva sólida, coisas que o Brasil hoje não tem! Por isso, o bom senso recomenda que não mexamos nesse tema agora, para não ampliar a carga de problemas que pesam sob a sociedade.

Portanto, o G7 Paraná defende, neste momento e diante de tudo que foi apresentado, a análise técnica ampla e transparente dos impactos econômicos, diferenciação setorial respeitando realidades distintas, valorização da negociação coletiva como instrumento constitucionalmente previsto para ajustes de jornada e coordenação entre política trabalhista, desenvolvimento da economia e política tributária.

Não se constrói justiça social fragilizando a base produtiva que gera emprego, renda e desenvolvimento.

O Brasil exige responsabilidade.

Atenciosamente,



**Ágide Eduardo Meneguette**  
Coordenador do G7 Paraná e Presidente do Sistema FAEP